



DISCUTE-SE PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ENEM? UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO DE 2015 A 2020

Leonardo Silva Duarte¹

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Configurações

Josiane da Silva Duarte²

Centro Universitário Internacional (UNINTER)

RESUMO

Percebe-se a prova do ENEM como uma oportunidade de os estudantes entrarem em contato com discussões sobre o preconceito linguístico, que permanece quase invisível e é pouco discutido na sociedade. Por isso, o objetivo principal deste trabalho é verificar a presença ou ausência do tema preconceito linguístico nas questões de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias em língua portuguesa das provas do ENEM entre os anos 2015 a 2020. Com base na legislação nos documentos da educação brasileira que indicam que é preciso uma discussão sobre esse tipo de preconceito, a prova do ENEM deve abordar temas sociais e linguísticos. Foi adotada a metodologia de levantamento e análise de assuntos das questões selecionadas com base em três critérios: questões que contenham a palavra preconceito relacionada à língua, as palavras variedade e/ou variação relacionadas à língua e que tenham relação com os temas de preconceito linguístico. Foram analisadas 14 provas e um total de 546 questões, sendo que as questões verificadas como tendo relação ao tema do preconceito linguístico somaram somente 25, o que dá um percentual de aproximadamente 4,6% do total de questões analisadas. Os resultados apontam que, conforme indicado pela teoria, o preconceito linguístico nas provas do ENEM é abordado em pequena quantidade e não diretamente. Apesar disso, os participantes têm, de certa forma, acesso à discussão sobre preconceito linguístico por meio das questões do ENEM.

Palavras-chave: Preconceito linguístico. ENEM. Língua Portuguesa. Análise.

ABSTRACT

The ENEM test is perceived as an opportunity for students to get in touch with discussions about linguistic prejudice, which remains still almost invisible and poorly discussed on society. The main objective of this study is to verify the presence or absence of the theme of linguistic prejudice on the Portuguese questions of National High School Exam (ENEM, in Brazilian Portuguese) from 2015 to 2020. Based on Brazilian laws and educational documents that indicate that a discussion about this type of prejudice is required, the ENEM exam must have social and linguistic themes. It was chosen the methodology of topics mapping of the selected questions based on three criteria: questions that contains the word prejudice related to language, the words variation/variety related to language and that have relation to the themes of linguistic prejudice. Fourteen exams were analyzed and 546

¹ É graduado em Licenciatura em Letras Inglês pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Atua como professor de língua inglesa para alunos do ensino básico. E-mail: leonardo5duarte10@gmail.com

² É especialista em Psicopedagogia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e graduada em Licenciatura em Letras Português pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: josilvaduarte@gmail.com



questions in total. However, the questions that showed some relations with the theme of linguistic prejudice were only 25, which is approximately 4.6% of the total. The results point that, as indicated by the theories, the linguistic prejudice on the ENEM exams is discussed in small quantity and indirectly. Nevertheless, the students enrolled have, somehow, access to the discussion about linguistic prejudice through the exam.

Keywords: Linguistic prejudice. ENEM. Portuguese language. Analysis.

INTRODUÇÃO

Há mais de 20 anos, um dos mais importantes instrumentos de avaliação do Ensino Médio começou a ser aplicado anualmente no Brasil: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O exame reúne aproximadamente mais de cinco milhões de inscritos e é um dos principais meios de entrada para o Ensino Superior no país. Dada a sua dimensão e visto que o exame pode servir de ponte entre a escola básica e a universidade, as questões do ENEM ganham maior relevância nas pesquisas acadêmicas, pois entende-se que o exame tem potencial de mudar as futuras e atuais gerações de brasileiros.

Nas salas de aula de língua portuguesa e estrangeira da educação básica do Brasil, é comum perceber diferenças e similaridades entre os usos da língua dos alunos, como diferenças lexicais e de sotaques. Entretanto, enquanto para alguns, essas características são vistas como interessantes, elas são vistas por outros como negativas ou ditas “feias”. Por isso é necessário o trabalho com temas da sociolinguística em sala de aula de língua.

Uma das questões que permite um debate produtivo entre os alunos é o tema do preconceito linguístico presente na sociedade por possibilitar uma conscientização dos alunos. No entanto, são poucas as oportunidades que os alunos de escolas básicas têm e terão em suas vidas de discutir sobre preconceito linguístico (BAGNO, 2015). Possivelmente, se não forem expostos e não tiverem a possibilidade de refletirem sobre esse tema na escola, os alunos podem vir a nunca se conscientizarem sobre essa temática. Assim, surge o interesse em pesquisar se os alunos têm, de certa forma, contato com esse tema na prova nacional que, geralmente, marca o fim do período escolar, o ENEM. Em vista disso, o trabalho construído aqui busca observar as questões do ENEM a partir de três perguntas de pesquisa: as questões do ENEM abordam o tema de preconceito linguístico especificamente? De que forma o tema de preconceito linguístico é trazido para as provas do ENEM? O participante da prova do ENEM tem acesso ao tema de preconceito linguístico especificamente por meio das questões de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias em língua portuguesa?

A partir dessas perguntas, o objetivo principal é verificar a presença ou ausência do tema de preconceito linguístico nas questões de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias em língua portuguesa das provas do ENEM dos anos de 2015 a 2020. Neste trabalho, a primeira seção apresenta algumas visões de língua, de preconceito linguístico e de fundamentos da educação brasileira e do ENEM. A segunda seção explica a metodologia tomada, que foi a de levantamento de dados e análise de temas das questões selecionadas com base em três critérios. Na terceira seção, são apresentados e discutidos os resultados das análises das questões do ENEM sobre sua relação com o tema e, por fim, são discutidas as considerações finais da pesquisa.



1 PRECONCEITO LINGUÍSTICO E O ENEM

Buscando relacionar língua, sociedade e educação para alcançar o objetivo desta pesquisa, nesta seção, serão apresentados os entendimentos a respeito de língua, será retratada a natureza do preconceito linguístico e será discutida a importância de questões do ENEM sobre esse tema especificamente na formação integral do cidadão através da educação.

1.1 O USO DA LÍNGUA

Visões e entendimentos sobre língua e linguagem datam de até cinco séculos antes de Cristo, tanto no ocidente quanto no oriente (BAIÃO, 2013). Porém, provavelmente, mesmo antes disso, as civilizações já tivessem reflexões sobre a comunicação. Uma das visões que se destaca, principalmente, nos séculos XIX e XX foi o estruturalismo. Nele, a língua é vista como um sistema ou código linguístico fechado e como uma unidade homogênea externa aos sujeitos. Bagno (2012) explica que essa visão reforça um modelo ideal de uma chamada língua correta e ainda que essa visão definiu os rumos dos estudos linguísticos e da pedagogia por milênios no mundo.

Esse panorama serve para poder declarar que a visão estruturalista de língua não pertence ao arcabouço teórico desta pesquisa. Pelo contrário, aqui, entende-se a linguagem como processo de interação social e dialógico (BAKHTIN, 2006). Nessa visão, a língua e os indivíduos que a usam têm uma forte e inseparável conexão. Entendendo que os indivíduos são sujeitos sociais e estão a todo o momento interpretando o mundo, ao interagir, a língua é vista como um lugar pelo qual se realizam as relações sociais e como “espaço de construção de sentidos” (JORDÃO, 2007, p. 19).

Entretanto, por ter sido associada à inteligência e à sabedoria, a linguagem foi segmentada, hierarquizada e “transformada em instrumento de diferenciação negativa de culturas, de grupos sociais, de gêneros humanos, de religiões e de raças”, conforme apontam Pereira *et al.* (2005, p. 234). Com base nisso, é possível compreender que aquelas visões sobre a língua de milênios atrás, mas que perduram até nos dias atuais no ensino, devem ser estudadas sob uma ótica crítica.

1.2 QUANTO À NATUREZA DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Muitos são os pontos possíveis para relacionar a fim de se buscar uma origem ou causa para o preconceito linguístico. Entretanto, serão destacados somente dois aspectos centrais para entender esse tipo de preconceito. A primeira característica que é importante apontar é que o preconceito linguístico está constantemente sendo naturalizado e disseminado, além de não ser discutido e criticado na sociedade. Por ser quase invisível, no sentido de não ser reconhecido e discutido na sociedade, o preconceito linguístico acontece em vários contextos e se apresenta de diversas formas (BAGNO, 2015). De forma geral, o preconceito linguístico pode ser descrito como “o julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e, conseqüentemente, humilhante da fala do outro ou da própria fala”, como declara Scherre (2009, p. 94). Cabe ainda enfatizar que essa disseminação e essa falta de discussão não são de forma nenhuma aleatórias, são na verdade intencionais.

Esse julgamento depreciativo é frequentemente legitimado por grupos sociais, fazendo com que diversas variedades linguísticas não sejam reconhecidas como legítimas e absolutas. Na realidade, muitas variedades são diariamente estigmatizadas e ridicularizadas, como revela Pereira *et al.* (2005). Com esse comportamento, a língua, ou a visão que se tem dela, acaba se tornando um mecanismo regulador do acesso ao conhecimento. A respeito disso, Bagno (2015) denuncia que,



muitas vezes, os falantes dessas variedades estigmatizadas deixam de usufruir, inclusive, de serviços sociais de direito por simplesmente não compreenderem a linguagem empregada pelos órgãos públicos.

A gravidade do preconceito linguístico se agrava pelo fato dele estar intimamente ligado ao preconceito social (BAGNO, 2001, 2015). A prática do preconceito linguístico, ou preconceito social que usa a linguagem como instrumento de dominação, segundo Pereira *et al.* (2005, p. 234) consiste em “transformar diferenças culturais em erros sociais”. Isso deixa marcas tão profundas no indivíduo que tem sua variedade linguística estigmatizada, que ele mesmo acaba tendo uma atitude preconceituosa contra sua variedade. A esse respeito, Bagno (2015) declara:

E o tipo mais trágico de discriminação não é aquele exercido por uma pessoa em relação a outra, mas a discriminação que uma pessoa exerce contra si mesma. [...] E ao contrário dos demais preconceitos, que vêm sendo atacados com algum sucesso com diversos métodos de combate, o preconceito linguístico prossegue sua marcha. (BAGNO, 2015, p. 115).

Essa afirmação do autor apresenta e denuncia a não conscientização da atitude preconceituosa. Enquanto, por um lado, existe uma ampla discussão sobre variedade e preconceito linguístico dentro de universidades e escolas, existe, por outro lado, um igualmente amplo ou até bem maior desconhecimento sobre esse tema na sociedade. Esse tipo de preconceito, diferente de outros, ainda é visto como “bom” ou construtivo (LAPERUTA-MARTINS, 2017) e é alimentado diariamente em programas de TV, na internet e livros didáticos (BAGNO, 2015).

Entendendo a magnitude do preconceito linguístico e a quase estável posição que essa prática ocupa na sociedade, é possível compreender a importância do esforço pela conscientização da sociedade de que o preconceito linguístico é uma forma de discriminação social, uma forma de violência (PEREIRA *et al.*, 2005). Perceber que o julgamento negativo a respeito de um indivíduo ou de um grupo a partir de sua(s) fala(s) é uma atitude preconceituosa e, portanto, criminosa, pela Constituição (BRASIL, 1988), pode causar uma mudança nos sistemas educacional e social como um todo.

Tendo dito isso, fica evidente a necessidade de discutir e fazer circular os discursos sobre preconceito linguístico na escola, na universidade e na sociedade em geral. Considerando que as questões sociolinguísticas frequentemente e, por vezes, unicamente, limitam-se aos espaços educacionais (LAPERUTA-MARTINS, 2017), é válido usar o espaço de sala de aula para uma conscientização a respeito do preconceito linguístico. Assim, ao envolver a educação brasileira, é inevitável olhar para a maior avaliação de ensino em âmbito nacional e um dos instrumentos de acesso à educação superior, o ENEM. Isso posto, a próxima subseção se constrói na tentativa de estabelecer uma base teórica e contextual sobre educação a fim de servir de alicerce para as próximas discussões desta pesquisa.

1.3 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E AS PROVAS DO ENEM

No que se refere à língua e ao preconceito linguístico expostos aqui, diversos autores os relacionam ao ensino de língua portuguesa no Brasil. São várias as visões, abordagens e respostas à disposição para a investigação e discussão do preconceito presente nos elementos de sala de aula,



como o livro didático (cf. COELHO, 2007), nas provas do ENEM (cf. OLIVEIRA; SARINHO JUNIOR, 2019) e nos livros de gramáticos prescritivistas ou guias de gramática normativa (cf. BAGNO, 2015). O que une todos esses tipos de pesquisa é o objetivo de conscientizar a sociedade a respeito do preconceito linguístico como forma de preconceito social, que está frequentemente sendo semeado dentro das escolas. Nas palavras de Freire (2015, p. 59): “Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar”.

Antes de se aprofundar na prova do ENEM, objeto de estudo desta pesquisa, é importante estabelecer alguns aspectos nacionais que embasam e precedem o Exame. Por isso, nesta seção, serão inicialmente apresentados a Lei Federal e os documentos nacionais que regem a educação brasileira e, conseqüentemente, o ENEM.

1.3.1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O COMBATE AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Em 1996, foi publicada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, BRASIL, 1996). Em seu Art. 2º, a Lei entende que educação brasileira “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, p. 27833). Ao mesmo tempo, no Art. 3º, um dos princípios para o ensino é o de respeito à liberdade e apreço à tolerância. Isso revela uma preocupação da Lei com a diversidade de falares.

Da mesma forma, o primeiro documento regulador da educação são os Parâmetros Curriculares Nacionais da língua portuguesa dedicados aos anos iniciais do Ensino Fundamental (PCN-EF), lançados em 1997. Este documento afirma que cabe à escola ensinar que o português no Brasil possui muitas variedades, porém:

[...] há muitos **preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar**: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas.

O problema do **preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença**. (BRASIL, 1997, p. 26, grifo nosso).

Esses dois excertos já constituem prova suficiente para identificar uma importante mudança na concepção de ensino de língua materna nas escolas brasileiras. Embora datem de 1997, segundo Bagno (2007), os PCN-EF revelam os efeitos das discussões que ocorriam nas universidades durante algumas décadas antes de sua publicação.

Outro documento da educação que retoma o combate ao preconceito linguístico são as Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais da área de linguagens, códigos e suas tecnologias, conhecidas pela sigla PCN+ (BRASIL, 2002). O documento defende o ensino de alguns conceitos de sociolinguística, vendo isso como essencial para que os alunos não criem ou alimentem preconceitos em relação às variedades do português no Brasil. Os PCN+ ainda insistem na aplicação, por parte dos professores, de práticas de observação da variação linguística, permitindo que os alunos compreendam os valores sociais e preconceitos impostos nas variedades.

O terceiro documento que vale mencionar são as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCN). O documento sugere a atividade de produção de textos orais, por meio de palestras,



debates, seminários no ensino de língua portuguesa. As OCN entendem que, através disso, o ensino pode “promover um ambiente profícuo à discussão e à superação de preconceitos linguísticos” (BRASIL, 2006, p. 37). O quarto documento é o Plano Nacional da Educação (PNE), de 2014. Através da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, o Plano reforça a promoção da diversidade e a necessidade de implementar políticas públicas para prevenir a evasão escolar causada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação (BRASIL, 2014). Isso inclui, com certeza, o preconceito linguístico, tendo em vista que é uma forma de preconceito social.

O último documento citado aqui, e o mais recente publicado, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Dentro da área de linguagem e suas tecnologias da etapa do Ensino Médio, a competência específica número quatro compreende as línguas como “fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso” (BRASIL, 2018, p. 494). A Base ainda recomenda o enfrentamento de preconceitos ao sugerir que o aluno aprenda a

Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de língua adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso, respeitando os usos das línguas por esse(s) interlocutor(es) **e sem preconceito linguístico**. (BRASIL, 2018, p. 494, grifo nosso).

Assim, tendo sido apresentados as leis, os parâmetros e as orientações que norteiam e regulam a educação no Brasil, é possível perceber que esses documentos comprovam a importância do combate aos preconceitos, o que inclui o linguístico. Por isso, a não-inclusão e a não-discussão sobre esse tema no ENEM é injustificável e vai contra os preceitos teóricos vistos até aqui.

Dessa forma, apoiada nos teóricos que investigam o preconceito linguístico e embasada pela lei, esta pesquisa percebe a prova do ENEM como um caminho, senão o único, entre o Ensino Médio e o Ensino Superior, entendendo-a como meio de preparar o aluno como cidadão. Por isso, investigar a prova do ENEM, com enfoque no tema de preconceito linguístico, mostra-se relevante devido a ela ser, em inúmeros casos, o último momento em que os estudantes entram em contato com discussões de temas sociais e linguísticos. O aluno que realiza o Exame não deve somente ser capaz de resolver questões de natureza exata, como aquelas relacionadas à matemática e à física, mas também ser capaz de refletir sobre a situação social em que vive. Assim, da mesma forma que o ENEM pode ser visto como um caminho para a profissionalização, o exame também pode servir para a conscientização de injustiças sociais, que, comprovadamente, retiram direitos dos cidadãos. Portanto, para dar continuidade à pesquisa sobre o destaque ou a omissão do preconceito linguístico nas provas do ENEM, a próxima seção apresentará o *corpus* de provas do ENEM utilizados para a análise, bem como os métodos que a investigação empregou.

2 CORPUS E METODOLOGIA

A pesquisa envolveu quatro etapas na sua realização. Em primeiro lugar, a seleção das provas do ENEM seguida do levantamento das questões a serem analisadas. Após isso, ocorreu a análise das questões com base na presença do tema de preconceito linguístico e temas relacionados e a análise e discussão da relação entre o tema de preconceito linguístico e as questões do ENEM. Por apresentar métodos de verificação de dados e de análise de temas, esta pesquisa tem natureza quantitativa e qualitativa (GIL, 1999). Ainda, pelo fato de o tema analisado ser de grande relevância social, cultural, política e linguística, tendo base em Bagno (2015), as análises ocorreram de forma a chamar atenção para a importância da discussão sobre preconceito linguístico na sociedade.



2.1 CORPUS: AS QUESTÕES DO ENEM

Desde 1998, visando a atender o Art. 9º da LDB³, a prova do ENEM vem sendo aplicada anualmente duas vezes por ano pelo Instituto Nacional dos Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e conta com mais de cinco milhões de inscritos nos últimos anos. Dado a esse imenso número de participantes, percebe-se que o ENEM tem um alcance igualmente imenso nos dias atuais. O ENEM é composto por quatro grupos de questões objetivas, com 45 questões cada, e uma redação. O Exame é dividido em quatro áreas: Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e, por último, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (doravante LCT). Dentro desta última área, encontram-se seis questões em língua estrangeira (inglês ou espanhol, dependendo da escolha do candidato) e 39 questões em língua portuguesa. Para esta pesquisa foram analisadas as 39 questões de cada uma das provas selecionadas.

Desde o ano de 2010, provas do ENEM possuem, geralmente, duas aplicações: ENEM regular e ENEM para adultos privados de liberdade e jovens sob medida socioeducativa que inclui privação de liberdade, simplificado pela sigla ENEM PPL. Essa aplicação ocorre porque o INEP, dentro de sua política de acessibilidade e inclusão, busca alcançar o maior número possível de participantes. Segundo o próprio site do Instituto, as questões das provas do ENEM PPL têm o mesmo nível de dificuldade do ENEM regular, sendo a única diferença, o local de aplicação. Esta pesquisa concorda com o INEP quando afirma que a educação é um elemento transformador, considerando a redução da reincidência criminal e da exclusão social. Por isso, para compor o *corpus*, foram selecionadas ambas as modalidades de aplicação das provas do ENEM. Além disso, desde o ano de 2020, em decorrência das medidas de enfrentamento da pandemia de COVID-19, o exame pode ser feito através da prova impressa ou do ENEM Digital, com provas aplicadas em computadores em locais de prova definidos pelo INEP.

Dessa forma, o total de provas selecionadas é de 14, devido a uma dupla aplicação das provas do ano de 2016. Portanto, somando as 39 questões de LCT em português das 14 provas do ENEM de 2015 a 2020, o resultado é de 546 questões para análise nesta pesquisa.

2.2 CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ANÁLISE

A fim de verificar a presença ou ausência do tema de preconceito linguístico no *corpus* selecionado, foram estabelecidos três critérios principais na análise:

1. Questões que contenham a palavra preconceito relacionada à língua, às variedades linguísticas regionais ou socioeconômicas, a grupos de falantes e/ou as causas e efeitos desse tipo de preconceito;
2. Questões que contenham as palavras variedade e/ou variação relacionadas à língua e a grupos de falantes;
3. Questões que tenham relação com os temas de preconceito linguístico, de discriminação de variedades ou de variação/diversidade linguística.

³ O parágrafo VI do art. 9º da LDB incumbe à União assegurar um processo nacional de avaliação do rendimento escolar, buscando uma melhoria da qualidade do ensino.



Esse método de análise expõe a natureza quantitativa e qualitativa desta pesquisa, pois o exame criterioso das 546 questões demonstra uma leitura atenta dos pesquisadores, não somente dos dados numéricos, mas também da relação das questões com os temas da sociolinguística.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentadas as análises das questões em língua portuguesa de LCT das provas do ENEM que compõem o *corpus*. Primeiramente, as análises serão dispostas juntas, expondo o quadro geral do tratamento do preconceito linguístico no ENEM. Em seguida serão expostas as questões analisadas pelo primeiro critério separadamente, destacando-as. As outras questões analisadas estarão indicadas na seção de Apêndices.

3.1 RESULTADOS NUMÉRICOS

Após a etapa de levantamento das 546 questões para a análise, foi inicialmente feita a verificação da presença ou ausência do termo “preconceito linguístico” nas 14 provas. O resultado dessa busca mostrou que, em nenhuma das questões analisadas, encontrava-se o termo exato “preconceito linguístico”. Após isso, a busca concentrou-se em localizar a palavra preconceito com alguma relação à língua, às variedades linguísticas ou a grupos de falantes. Nesse primeiro critério foram encontradas três questões com essas características. A respeito do segundo critério, foram encontradas 15 questões que continham as palavras variedade e/ou variação relacionadas à língua e a grupos de falantes. Por último, dentro do terceiro critério, foram encontradas sete questões que discutiam os temas de preconceito linguístico, de discriminação de variedades ou de diversidade linguística. Assim, o total geral de questões verificadas como relacionadas ao tema da pesquisa é de 25, o que dá um percentual de aproximadamente 4,6% das 546 questões. O número de questões relacionadas ao tema de análise também variou entre os anos e provas do ENEM, conforme Tabela 1, exibida a seguir:

Tabela 1 - Distribuição das questões por critério e por ano/aplicação

Ano/Aplicação	Quantidade de questões			Total de questões por ano/aplicação	
	Critério 1	Critério 2	Critério 3	Q.	%
2015/1	1	2	0	3	7,7%
2015/2	0	0	0	0	0%
2016/1	0	0	0	0	0%
2016/2	0	1	0	1	2,6%
2016/3	0	1	0	1	2,6%
2017/1	0	2	2	4	10,3%



2017/2	0	0	1	1	2,6%
2018/1	0	1	1	2	5,1%
2018/2	0	0	1	1	2,6%
2019/1	1	2	0	3	7,7%
2019/2	0	2	1	3	7,7%
2020/1	0	2	0	2	5,1%
2020/2	1	1	0	2	5,1%
2020/3	0	1	1	2	5,1%
TOTAL	3	15	7	25	4,6%

Fonte: Os autores

Conforme dados apresentados, é possível notar que a quantidade de questões que discute preconceito linguístico, variação, variedades linguísticas e grupos de falantes é baixa, quando existente. Vale ressaltar que esta pesquisa não examinou as questões da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, apesar do preconceito linguístico ser um fenômeno social, e também não foram verificadas as questões das demais áreas. Entretanto, por ser um problema ligado aos estudos da linguagem e diretamente relacionado ao ensino de língua portuguesa, entende-se que a essas questões, se existentes, poderiam se encontrar na área de LCT, como foi o caso dos resultados. Os dados numéricos encontrados não revelaram nenhum padrão na inclusão ou exclusão de questões sobre o tema pesquisado. Esses resultados, na verdade, reforçaram a visão inicial de que o preconceito linguístico não é discutido o suficiente na sociedade (BAGNO, 2015) e o fato dele não ser denominado como tal.

3.2 QUESTÕES RELACIONADAS AO CRITÉRIO 1

Entendendo-se que o primeiro critério de análise corresponde mais diretamente ao objetivo da pesquisa, pois enfoca na palavra preconceito relacionada à língua, às variedades linguísticas regionais ou socioeconômicas, a grupos de falantes e/ou as causas e efeitos desse tipo de preconceito, esta subseção serve para apresentar as duas questões verificadas como relacionadas a esse critério. A primeira é a Questão 124 do ENEM 2015/1 (caderno amarelo), que discute em seu texto uso do verbo “pinchar” e afirma em seu texto que:

A gramática normativa muitas vezes colabora criando preconceitos, mas o fator mais forte que motiva os falantes a extinguirem uma palavra é associar a palavra, influenciados direta ou indiretamente pela visão normativa, a um grupo que julga não ser o seu. (ENEM, 2015/1, grifo nosso)

A frase grifada, que declara que a gramática normativa de fato pode gerar preconceitos leva ao entendimento de que esse preconceito mencionado está relacionado à língua e a seus usos,



conforme orientação dos teóricos usados como fundamentação (PEREIRA *et al.*, 2005; BAGNO, 2015). Por isso, esta questão do ENEM de 2015/1 foi considerada como pertencente ao critério de análise número 1. Além disso, outro fato que colabora para a análise desta questão sob o primeiro critério, é que, em uma alternativa, a questão traz o termo “preconceito sociocultural” referente ao desuso ou uso de vocábulos.

De maneira similar, a Questão 06 do ENEM 2019/1 (caderno azul), apresentada a frase em letras maiúsculas “PALAVRAS TÊM PODER” como título de seu texto e traz as sentenças “Palavras informam, libertam, destroem preconceitos. Palavras desinformam, aprisionam e criam preconceitos”, relacionando o preconceito a própria língua. Com base nos autores estudados nesta análise, como Bagno (2001) e Laperuta-Martins (2017), é possível compreender que essa questão também se relaciona à discriminação feita contra usos da língua e aos efeitos sociais que isso tem. Apesar de esta questão aparentar uma conexão menor com o tema de preconceito linguístico, em comparação à questão do ENEM de 2015/1, a discussão sobre a forma velada de preconceito linguístico relacionado às palavras se faz presente, mesmo que timidamente (BAGNO, 2015).

Por último, a Questão 06 do ENEM 2020/2 (caderno azul) proporciona uma discussão sobre diferenças de pronúncia. É apresentado um texto sobre o que a questão chamou de “*R caipira*”. Os exemplos que o ENEM traz dessa pronúncia é das palavras “*porrrta*” (porta) ou “*carrne*” (carne) e da “*troca do L pelo R*”. É importante que fique claro que essa maneira de tratar uma variedade e uma pronúncia do português brasileiro é trazida pelo próprio ENEM. Isso pode mostrar, de certa forma, uma vontade de trabalhar com variedades linguísticas, abordando o tema de forma didática. Porém, com base em Bagno (2015), percebe-se que é necessário se atentar às maneiras de abordar uma variedade, para que não fique estigmatizada ou reduzida a uma simples diferença fonológica sem relação com os aspectos sociais e políticos que essa variedade carrega. A questão ainda discute a ideia desse “*R caipira*” ser pertencente a somente uma região brasileira. Com a frase “associar o R caipira apenas ao interior paulista é uma imprecisão geográfica e histórica”, a questão propõe uma discussão sobre a importância do estudo da língua falada no Brasil. Essa questão traz o termo “preconceito sobre a fala regional no Brasil” em uma de suas alternativas e, com base em Pereira *et al.* (2005), a questão foi considerada como sendo relacionada ao primeiro critério de análise adotado nesta pesquisa: questões que contenham a palavra preconceito relacionada à língua, às variedades linguísticas regionais ou socioeconômicas, a grupos de falantes e/ou as causas e efeitos desse tipo de preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, o panorama geral em que esta pesquisa se inclui no contexto brasileiro, juntamente com a motivação e os objetivos da pesquisa foram expostos em um primeiro momento. Em seguida, foram discutidas as noções de língua e sociedade, relacionando-as à natureza do preconceito linguístico e aos documentos oficiais da educação brasileira, que orientam o ENEM. No terceiro momento, o trabalho passou a apresentar as etapas e procedimentos metodológicos usados para a análise. Após a fase de análises e levantamento de dados, foram então apresentados e discutidos os resultados conectando-os às teorias utilizadas na seção de fundamentação. Por isso, nesta seção final, cabe a este trabalho manifestar os entendimentos finais depois da jornada de pesquisa.



Após ter apresentado os resultados numéricos de verificação dos temas de preconceito linguístico nas provas do ENEM de 2015 a 2020 e o conteúdo das duas questões que mais diretamente se relacionavam ao tema de pesquisa, é possível afirmar que o preconceito linguístico na sociedade é, de fato, pouco discutido, criticado e combatido, mesmo no caminho entre a escola e a universidade. Ainda que os temas relacionados à sociolinguística apareçam nas provas do ENEM, tanto numericamente, quanto conceitualmente, a discussão ainda é pequena.

Entendendo que, quase no mesmo ano de estreia das provas do ENEM, em 1998, um dos documentos oficiais da educação já discutia os preconceitos decorrentes do valor social atribuído aos diferentes modos de falar (BRASIL, 1997), percebe-se que existe a necessidade de uma maior discussão desse tema. Essa abertura e divulgação do debate sobre preconceito linguístico no Brasil é fundamental para o desenvolvimento dos alunos da Educação Básica em cidadãos que possam utilizar seus direitos, como concorda Bagno (2015).

Portanto, a fim de responder as perguntas de pesquisa iniciais, de certa forma, sim, as questões do ENEM abordam o tema de preconceito linguístico especificamente, porém em pequena quantidade e não diretamente. Nas provas de LCT o preconceito linguístico é discutido, quando presente, de forma sutil e com foco maior na valorização das variedades do que no combate à discriminação. Entretanto, é preciso esclarecer que ambas as maneiras de abordagem do tema podem servir como conscientização sobre a variação e enfrentamento contra o preconceito. Assim, formas de discussão das questões do ENEM analisadas foram consideradas como possivelmente produtivas para uma revelação e um descortinamento da natureza do preconceito linguístico. Por isso, chegou-se à conclusão de que o participante da prova do ENEM tem, efetivamente, acesso ao tema de preconceito linguístico por meio das questões de LCT em língua portuguesa. Portanto, como consideração final desta pesquisa, a partir dos resultados das análises das provas e questões do ENEM de 2015 a 2020, entende-se que, apesar de serem poucas, esporádicas e indiretas, as oportunidades de discussão a respeito do preconceito linguístico existem nas provas do ENEM.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 1. ed., 2012.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, M. Norma linguística e preconceito social: questões de terminologia. **Veredas** (UFJF), v. 5, n. 2, p. 71-83, 2001. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap063.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 56. ed., 2015.

BAIÃO, J. G. P. De Panini a Labov: um breve passeio pela história dos estudos linguísticos.

Produção intelectual de Servidores do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, 2013. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/36019>. Acesso em: 4 jul. 2021.

BAKHTIN, M. M. (VOLOCHÍNOV, V. N). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Prefácio: Roman Jakobson. 12. ed. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006.



BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais** – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (PCN+). Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: linguagem, códigos e suas tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, 2006. v. 1. 239 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: linguagem, códigos e suas tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, 2006. v. 1. 239 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília: Presidência da República, n. 120-A, p. 1-8, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília: Presidência da República, p. 27833, 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

COELHO, P. M. C. R. **O tratamento da variação linguística nos livros didáticos de português**. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2002/1/2007_PaulaMariaCobucciRCoelho.pdf. Acesso em: 3 jul. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

JORDÃO, C. M. As lentes do discurso: letramento e criticidade no mundo digital. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 46, n. 1, p. 19-29, jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132007000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2021.

LAPERUTA-MARTINS, M. Preconceito linguístico: origem na sociedade; término na escola. **Revista Observatório**, v. 3, n. 1, p. 305-326, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/2887>. Acesso em: 10 jul. 2021.

OLIVEIRA, L. H. M.; SARINHO JÚNIOR, J. M. A. As variações linguísticas nas provas de linguagens do ENEM: um estudo diacrônico. **Revista Fafire**, Recife, v. 12, ed. 1, p. 47-61, jan./jun. 2019. Disponível em: https://publicacoes.fafire.br/diretorio/revistaFafire/revistaFafire_v12n01_a04.pdf. Acesso em: 3 jul. 2021.



PEREIRA, O. P. *et al.* Preconceito e violência linguística na escola. **Série-Estudos** - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, Campo Grande/MS, n. 19, p. 233-244, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/459>. Acesso em: 4 jul. 2021.

SCHERRE, M. M. P. O preconceito linguístico deveria ser crime. **Revista Galileu**, Editora Globo, n. 220, nov. 2009. p. 94. Disponível em <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,ERT110515-17774,00.html>. Acesso em 21 jul. 2021.

Como citar este artigo (ABNT NBR 60230)

DUARTE, L. S.; DUARTE, J. S. Discute-se preconceito linguístico no ENEM? Uma análise das questões do Exame Nacional do Ensino Médio de 2015 a 2020. **Revista Primeira Escrita**, Aquidauana, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2021.

**APÊNDICES**

Quadro 1 - Relação das questões das provas do ENEM com os critérios 2 e 3

Ano/Aplicação Cor do caderno	Critério 2	Critério 3
2015/1 AMARELO	Questão 107 Questão 131	-
2015/2 CINZA	-	-
2016/1 AMARELO	-	-
2016/2 AMARELO	Questão 96	-
2016/3 CINZA	Questão 115	-
2017/1 AZUL	Questão 38 Questão 39	Questão 15 Questão 12
2017/2 AZUL	-	Questão 18
2018/1 AZUL	Questão 07	Questão 37
2018/2 AZUL	-	Questão 11
2019/1 AZUL	Questão 10 Questão 45	-
2019/2 AZUL	Questão 22 Questão 37	Questão 10
2020/1 AZUL	-	-
2020/2 AZUL	Questão 07	-
2020/3 AZUL	Questão 22	Questão 35

Fonte: Os autores